

O preço da manipulação

Para fazer cessar a paralisação dos caminhoneiros, o governo Michel Temer (MDB) fez mais do que ceder a exigências que precarizam o equilíbrio orçamentário.

O Planalto também prometeu o que não tem condições de entregar —a saber, que o desconto de R\$ 0,46 aplicado no preço do litro do óleo diesel nas refinarias chegará ao consumidor final.

Agora, no afã de cumprir o acordado, adota estratégia de discutível juridicidade e que reedita alguns dos piores momentos da história econômica do país.

O ponto central é que a livre iniciativa está consagrada em nosso ordenamento legal, de modo que a intervenção do Estado no mercado —o que inclui interferir em preços praticados por agentes privados— só pode ocorrer em casos autorizados pela Constituição e definidos em lei. A legislação, acrescente-se, acumula falhas e vícios.

A peça principal que o governo usa para ameaçar donos de postos que não baixarem seus preços na proporção desejada é o Código de Defesa do Consumidor, mais especificamente o inciso X de seu artigo 39, que veda “elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços”.

Como se mostra evidente, “justa causa” constitui um conceito dos mais nebulosos —e, não raro, sem sentido. Abre-se caminho para que regras e fiscais arbitrem os

valores corretos das mercadorias, a substituir os movimentos de oferta, demanda e competição.

Empresários que se sintam lesados precisarão enfrentar o cipoal burocrático nacional e eventualmente buscar o Judiciário, sem certeza de sucesso. Os transtornos podem ser de tal magnitude que muitos preferirão acatar as disposições de Brasília. Ao que parece, é nisso que a administração aposta.

Outras normas à disposição do governo tampouco apresentam solidez. A lei que trata da defesa da concorrência tipifica como infração, de modo vago, “aumentar arbitrariamente os lucros”.

Mais exótica, sem dúvida, é a lei delegada nº 4. Trata-se de um diploma de 1962, que concede vastos poderes intervencionistas ao Executivo. Usava-se tal instrumento em 1986, no Plano Cruzado, quando se confiscavam bois no pasto para assegurar o abastecimento. O resultado daquele programa de estabilização é conhecido.

Não há nenhum motivo para acreditar que agora tenha se tornado possível manipular a economia a bel-prazer do poder político —o que inclui a tabela para os fretes, também conquistada pelos caminhoneiros— sem provocar uma série de distorções que, em algum momento, cobrarão seu preço.

A boa política

MARCOS LISBOA

Há muito com o que se preocupar nos tempos atuais, sobretudo a rejeição da boa política.

O país enfrenta dificuldades para conciliar interesses divergentes em meio a uma economia que não tem como atender a todos os pedidos. Já há muito se sabe que os benefícios concedidos pelo governo não cabem no Orçamento.

Apesar disso, grupos organizados se mobilizam para pedir novos benefícios ou impedir a revisão dos seus privilégios.

A lista é longa. Servidores públicos fazem greve branca para garantir reajustes salariais apesar da perda de renda do restante da população. O bolo ficou menor depois da recessão, mas as dificuldades são irrelevantes para quem demanda seu bolo.

Setores produtivos privilegiados com desonerações se recusam a pagar impostos como o restante da sociedade. Outros, como a agricultura recentemente, conseguem novos benefícios. Dane-se a restrição fiscal.

O petróleo ficou mais caro e os caminhoneiros paralisam o país, chantageando o restante da sociedade para que pague a conta do seu combustível.

Como o governo é fraco, aproveitam para pedir o tabelamento do frete de modo a restringir a concorrência e a aumentar as suas receitas, onerando o transporte de bens. Chantagem pouca é bobagem, e também exigem dispensa de licitação para vender seus serviços ao setor público.

O próximo governo precisará negociar as perdas inevitáveis. Há uma conta imensa a ser paga, talvez R\$ 250 bilhões ao ano. Benefícios terão que ser reduzidos e tributos, aumentados.

Pior apenas a alternativa. A recessão recente pode ter sido apenas o prólogo de uma crise ainda mais severa.

Nossa democracia requer ampla maioria para superar os problemas. Não há como reduzir o crescimento dos gastos públicos sem reformar a Constituição ou as suas emendas, o

que exige o apoio de 60% do Congresso.

Há mais. A extensão da Constituição tem justificado o ativismo do Judiciário que, com frequência, revê decisões do Congresso ou impõe novos gastos públicos, às vezes desconsiderando o bem-estar da maioria.

Enfrentar nossos desafios requer técnica para avaliar o impacto das propostas. Já tivemos em demasia, principalmente desde 2011, decisões incompetentes, com efeito contrário ao pretendido. Difícil imaginar as consequências de uma nova gestão que não saiba do que está falando.

A técnica, entretanto, apenas delimita possíveis soluções.

Resolver os problemas requer a liderança da política, a quem cabe dialogar com os demais Poderes e negociar conflitos respeitando o Estado de direito, sem transgredir por pressão de chantagistas.

Quem sabe o susto com o descontrole recente, que pode se agravar, ajude a recuperar a boa política.

Dívida e rombo nas contas expõem o Brasil

Apesar de situação externa favorável, questão fiscal coloca país no mesmo time de emergentes vulneráveis a turbulências

Patrícia Campos Mello

São Paulo- A explosão do endividamento bruto do governo e o rombo das contas públicas colocam o Brasil no mesmo time de outros países emergentes muito mais vulneráveis às turbulências globais recentes.

O país nunca foi tão pouco dependente de fluxos de capital externo — tem um déficit em conta-corrente de apenas 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto), e uma grande parcela das contas externas é financiada por investimentos estrangeiros diretos, pouco voláteis.

A Argentina e a Turquia, ao contrário, ultrapassam o nível considerado seguro para esse déficit, de 4% do PIB.

Além disso, enquanto o Brasil

tem um gordo colchão de reservas, de US\$ 382 bilhões, a Argentina tem apenas US\$ 51,9 bilhões e teve de recorrer a um pacote de US\$50 bilhões do FMI (Fundo Monetário Internacional), assinado na semana passada.

No entanto, agora que o humor global azedou, muitos investidores não estão diferenciando o Brasil de outros emergentes mais frágeis e levaram o dólar abater em R\$ 3,925 na semana passada.

Com a perspectiva de o dólar se manter forte e os juros americanos subirem, aliada a tensões causadas pelo protecionismo e alta do petróleo, houve uma redução da liquidez global e os investidores ficaram mais seletivos.

Há três meses, o dólar estava em R\$ 3,20: os investidores não pareciam se incomodar tanto com a alta da dívida bruta do governo brasileiro — de 56% do PIB em 2014 para 74% (nas contas do BC; para o FMI, são 87,3%).

No atual ambiente de aversão arisco, o endividamento e o déficit do Orçamento, em 7% do PIB, passaram a ser examinados com lupa.

"Fomo s pego s na mudança de fase global com várias más notícias domésticas", diz Tony Volpon, economista-chefe do UBS. "Quando o ambiente externo está positivo, há um desconto para fatores domésticos de vulnerabilidade. Quando está negativo, esses fatores são amplificados."

Além disso, explica Fernando Honorato Barbosa, economista-chefe do Bradesco, o Brasil é um mercado muito mais líquido do que outros emergentes, então, quando há um aperto nas condições externas, é mais fácil vender os ativos brasileiros do que os de outros mercados menores.

Outro motivo para o real ser relativamente mais afetado é a redução na remuneração a investidores estrangeiros — com os





juros brasileiros em 6,5%, a diferença entre as taxas do Brasil e do resto do mundo nunca foi tão baixa.

No ano, o peso da Argentina acumula queda de 26,9%, e a lira turca, de 15,31%. O real vem logo depois, com 10,8% de desvalorização. A rupia Indiana teve recuo de 5,39%, o rand sul-africano caiu 5,35%, e a rupia da Indonésia, 2,78%.

Todos esses países, menos o Brasil e a África do Sul, elevaram os juros nos últimos dias, e crescem as pressões para que o Banco Central aumente as taxas para conter a desvalorização do real, hipótese já rejeitada pelo presidente da instituição, Ilan Goldfajn.

Ilan já deixou claro que não pretende usar a política monetária para controlar o câmbio.

"A Argentina e a Turquia fizeram um choque de juros porque precisavam atrair o investidor estrangeiro e a inflação deles estava muito acima da meta. No Brasil, a inflação está bem abaixo da meta e não precisamos aumentar os atrativos para investidores estrangeiros", diz Barbosa.

"É um contrassenso elevar juros sem inflação e sem vulnerabilidade externa. O BC pode continuar a usar os swaps e, eventualmente, as reservas."

Para Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra, não faz o menor sentido falar em aumento de juros no Brasil neste momento.

"Primeiro, porque o objetivo da política monetária do BC é manter a inflação dentro da meta e deixar as expectativas ancoradas. Não temos regime de meta de câmbio, nem

"copiamos a política monetária do país A, B ou C", diz.

Bancos como o Itaú e o Bradesco reduziram a previsão de alta do PIB neste ano para menos de 2%, diante da recuperação mais lenta da economia, principalmente do mercado de trabalho. A grande ociosidade reduz a probabilidade de a alta do câmbio contaminar a inflação. Kawall continua prevendo inflação abaixo da meta neste ano, sem alta de juros.

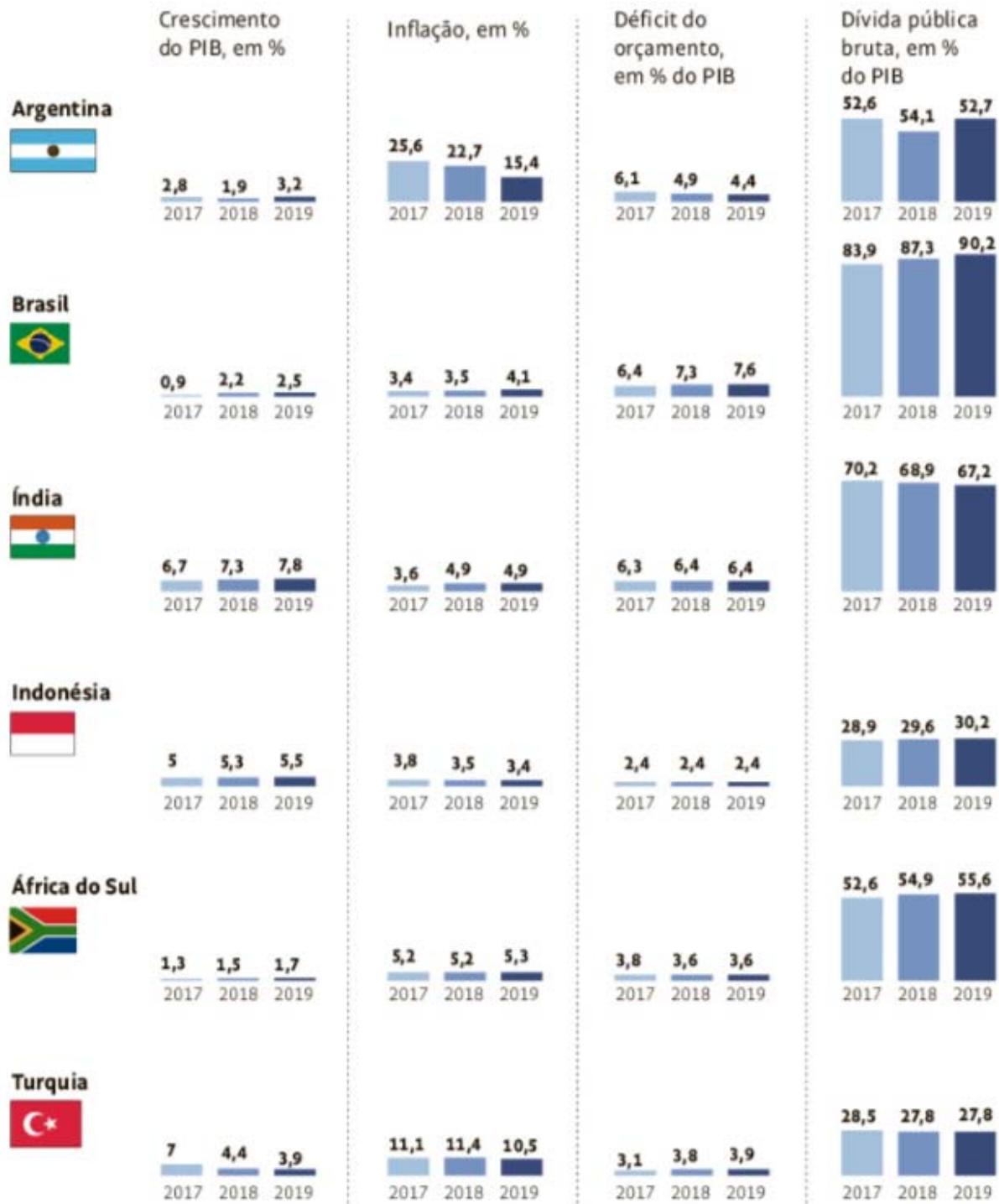
"Comparar o Brasil com esses países é comparar laranja com banana", diz. A Argentina estava com juro real em quase zero, por causa da inflação alta, e a Turquia tem grande exposição a dívidas em moeda estrangeira. A dívida externa bruta brasileira é de cerca de 25% do PIB e o país não tem dívida interna indexada ao dólar, ao contrário da Argentina.





Emergentes vulneráveis

Brasil tem boa balança de pagamentos, mas déficit no Orçamento e dívida pública são piores que o de outros emergentes



Fontes: FMI, BIS, bancos centrais dos países





Parte das empresas não tem proteção contra variação do dólar

O aumento do endividamento em moeda estrangeira das empresas brasileiras é um potencial risco para o país, segundo Tony Volpon, economista-chefe do UBS.

De acordo com Carlos Rocca, coordenador do Cemec (Centro de Estudos de Mercado de Capitais) da Fipe, as empresas brasileiras se aproveitaram do longo período de juros internacionais baixos para fazer captações externas.

"Mas isso não necessariamente deveria causar preocupação, porque muitas empresas têm o chamado hedge natural [seguro], receita ou ativos em moeda estrangeira, enquanto outras se protegem do risco cambial. Apenas uma minoria está exposta", diz.

Segundo dados do BC relativos a 2016, os mais recentes disponíveis, a dívida externa das empresas não financeiras correspondia a 17,1% do PIB em dezembro daquele ano.

No entanto, apenas 17% dessa dívida era de empresas não exportadoras, sem nenhum tipo de proteção cambial.

"A gestão de risco cambial se disseminou desde 2008, a última vez em que empresas tomaram um tombo por causa de uma grande desvalorização", diz Rocca.

Dados do BC de abril deste ano mostram que, dos US\$ 548 bilhões da dívida externa bruta, US\$ 76,2 bilhões são débitos do governo, mais do que "cobertos" pelas reservas de US\$ 382 bilhões.

A dívida dos bancos é de US\$ 133,1 bilhões, mas em geral tem proteção cambial. Outros US\$ 232,3 bilhões são dívidas intercompanhia, em que a matriz da multinacional empresta para a filial. Sobram quase US\$ 106,4 bilhões, e boa parte tem proteção.

Os países emergentes tiveram saída líquida de capital estrangeiro de

US\$ 12,3 bilhões em maio, a maior fuga de investimentos desde novembro de 2016, segundo relatório do Instituto de Finanças Internacionais.

De acordo com o FMI, se a normalização da política monetária americana continuar como o previsto e os juros chegarem a 3,6% em 2020, os fluxos para emergentes cairão US\$ 40 bilhões por ano em 2018 e 2019.

No entanto, se continuar crescendo a aversão arisco, a redução de fluxos pode chegar a US\$ 60 bilhões.

Nesse cenário, os investidores estrangeiros ficarão ainda mais exigentes.

"Por causa das nossas vulnerabilidades, quando o dólar lá fora subir 5%, aqui vai subir 10% ou 15%", diz Kawall.

Nova estatal deverá desafogar Infraero em R\$ 250 mi por ano

Controladora do espaço aéreo vai absorver excesso de funcionários da empresa

Maeli Prado

Brasília- Com o objetivo de reduzir o prejuízo da Infraero em até R\$ 250 milhões por ano, o Ministério do Planejamento trabalha em um projeto de lei para criar uma nova estatal que será responsável pelo controle do espaço aéreo.

A medida reduzirá o número de funcionários da estatal em 2.000—20% do quadro atual.

Dependendo do aeroporto, os controladores dos centros de aproximação de aviões e torres de controle pertencem ou à Infraero ou ao Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), do Ministério da Defesa. O problema é que a estatal, que em 2017 teve um prejuízo de R\$ 1,83 bilhão, gasta entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões por ano somente com essa atividade.

Como parte do processo de saneamento da Infraero, a Sest (Secretaria de Empresas Estatais), órgão do Ministério do Planejamento, vem trabalhando em conjunto com a Defesa na criação de uma nova estatal, a Nav Brasil, que centralizará esse serviço.

O Decea manteria sob sua tutela a chamada navegação em rota, que é feita com equipamentos de segurança nacional. O controle do espaço próximo aos aeroportos ficará a cargo da nova estatal.

A empresa passaria a ter fonte de recursos própria, já que receberia o valor correspondente a tarifas que são pagas por passageiros e empresas que usam serviços ligados ao transporte aéreo. Segundo o secretário Fernando Ribeiro, da Sest, a Nav Brasil teria 2.000 funcionários da Infraero e outros 2.000 do Decea.

Eventualmente, com a incorporação de inovações tecnológicas, haveria condições de reduzir esses 4.000 funcionários para

3.500.

"Seria uma empresa específica para prestar serviços de navegação aérea. As torres e instalações da Infraero não têm um movimento elevado, e por isso essa parte é deficitária. Se juntar com a atividade do Decea, gera um negócio melhor, que tem equilíbrio", diz o secretário.

A Nav Brasil precisa ser criada via projeto de lei, ou seja, é necessário o aval do Congresso. Hoje, o projeto está sendo desenhado pelo Ministério do Planejamento em parceria com os ministérios da Defesa, Transporte e Casa Civil.

A medida é considerada necessária porque a reestruturação da empresa, iniciada em 2012 com a concessão de aeroportos lucrativos à iniciativa privada, fez com que a Infraero passasse a ter prejuízos.

Segundo Ribeiro, para melhorar o desempenho financeiro, a estatal vem tomando medidas para reduzir





ainda mais o seu quadro de pessoal.

"Quando concedemos os aeroportos, ficamos com um problema de excesso de pessoal dentro da Infraero. Estamos trabalhando para reduzir esse quadro por meio de um PDV [Programa de Demissão Voluntária] contínuo."

Parte dos recursos vindos das outorgas da última rodada de concessões (Florianópolis, Porto Alegre, Salvador e Fortaleza) foram direcionados ao PDV, segundo a Sest.

Há sete anos, antes da reestruturação, a Infraero tinha 14,1 mil empregados, número que se reduziu para 9,9 mil no final do ano passado, segundo dados do Planejamento.

Ainda para cortar custos, a empresa propôs um novo formato de plano de saúde para funcionários, com aumento da participação deles

no custeio do convênio. Em 2021, estatal e funcionários pagariam partes iguais. Atualmente, a Infraero custeia 93% do plano.

Haveria ainda redução no número de dependentes que poderiam ser beneficiados pelo plano. Essas medidas dependem de uma negociação coletiva em curso, com mediação do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Paralelamente a esse processo, a empresa se prepara para uma nova rodada de concessões de aeroporto.

No mês passado, a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), órgão regulador do setor aéreo, aprovou o início de uma audiência pública para a quinta etapa, referente aos blocos das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país, quando serão leiloados 13 aeroportos.

Os avestruzes

A maioria absoluta dos eleitores brasileiros (61%) não votaria em candidatos a presidente que propusessem a privatização da Petrobrás, mostra pesquisa da Ipsos veiculada pelo jornal Valor. O porcentual de rejeição chega a 62% quando a pergunta é sobre a privatização do Banco do Brasil. Também é bastante significativo – 57% – o índice dos que descartam votar em quem defende a reforma da Previdência.

Os resultados não diferem de algumas outras enquetes feitas a propósito dos mesmos temas – todas apontaram uma considerável objeção às privatizações e à reforma do sistema previdenciário. Esta última pesquisa explicita esse componente da intenção de voto do entrevistado – e, com isso, aponta a dificuldade que candidatos de centro podem ter para sustentar a bandeira da redução do tamanho do Estado.

No entanto, paradoxalmente, a mesma pesquisa indica que 68% dos entrevistados dizem que pretendem apoiar candidatos que prometerem reduzir os gastos públicos. Trata-se de uma evidente contradição, pois é justamente a manutenção de gigantescas estatais, cuja simples existência distorce as relações de mercado, que contribui substancialmente para estropiar as contas públicas.

A contradição fica ainda mais gritante quando se compara esse apoio ao corte de gastos com a rejeição a candidatos que defenderem a reforma da Previdência – crucial para amainar a crise fiscal no País. Não se pode querer uma coisa sem levar em conta a outra. Contudo, ao que parece, essa pesquisa, como todas as demais do mesmo gênero, não apresentou aos entrevistados a questão na forma de trade-off. Afinal, toda decisão tem um custo.

Como os recursos são sempre limitados, toda decisão econômica pressupõe alguma perda. Se o tomador da decisão desconhece essa perda, ele não terá condições de fazer sua escolha de modo consciente, seja no orçamento doméstico, seja no Orçamento do País. Aparentemente, o eleitor entrevistado nessas pesquisas não estava ciente das possíveis consequências de suas

escolhas.

Por exemplo: é provável que, ao decidir rechaçar candidatos que defendem a reforma da Previdência, o entrevistado não tivesse consciência de que o rombo do sistema previdenciário inviabiliza os investimentos em áreas importantes e compromete as contas públicas, com efeitos nefastos para o País. Nessas condições, o eleitor entrevistado não tinha condições de ponderar de modo mais realista – e menos ideológico – a sua resposta.

Essa mesma incapacidade de discutir as consequências das decisões econômicas é amplamente disseminada entre os candidatos à Presidência. Ao que parece, ninguém está realmente disposto a assumir o ônus de revelar aos eleitores que os recursos do Estado são finitos e que, por isso, é necessário estabelecer prioridades. É preciso discutir, por exemplo, se o mais importante é gastar bilhões subsidiando combustíveis ou se o Estado deveria usar esse dinheiro para melhorar o ensino básico – que ano após ano despeja no País estudantes que mal sabem fazer contas e entender o que leem.

É preciso saber se vale a pena bancar um crescente déficit de um sistema previdenciário que hoje sustenta privilegiados e que em pouco tempo se tornará inviável, enquanto, por outro lado, faltam recursos para tornar a saúde pública minimamente decente. Os exemplos de trade-offs são abundantes. Trata-se de questões que pressupõem um mínimo de respeito pela realidade e pela inteligência do eleitor. Até aqui, porém, vários candidatos à Presidência têm ajudado a alimentar a ilusão de que os recursos à disposição do Estado são ilimitados.

Gente bem posicionada nas pesquisas tem até mencionado a possibilidade de revogar o teto dos gastos públicos, uma das maiores contribuições do atual governo à racionalidade econômica. Age como se fosse capaz de, por mero ato de vontade, anular os trade-offs. Essa cultura do dinheiro público sem fim, infelizmente, vem se consolidando, estimulada por demagogos que incitam os eleitores a agir como avestruzes – que enfiam a cabeça na terra para não ter que pesar o impacto econômico de suas escolhas.

Um governo sem rumo e sem autoridade

ROLF KUNTZ

Incompetência, fraqueza, ignorância e despreparo. Pode haver palavras mais duras, mas nenhuma expressão mais suave, para explicar os erros cometidos pelo governo, sob responsabilidade do presidente Michel Temer, em reação à crise no transporte rodoviário. É enorme a lista de barbaridades: piso para o frete, subsídio bilionário a transportadores, tentativa de regular preços nas bombas, fiscalização anacrônica, desordem no Orçamento da União, aumento de custos para os setores produtivos, ampliação da incerteza econômica e, naturalmente, riscos novos para a Petrobrás, ainda em recuperação dos estragos causados pela gestão petista.

Ao deixar-se acuar, o presidente cedeu rapidamente às imposições dos caminhoneiros grevistas e, segundo autoridades federais, de empresas culpadas de locaute. Prevaleceu, segundo Temer, a vocação do governo para o diálogo. Mas a explicação apenas confirma um erro deliberado. Ao escolher esse caminho, ele renunciou à autoridade, abandonou a responsabilidade correspondente, depreciou o próprio cargo e se curvou a criminosos – porque o bloqueio de estradas é crime, assim como o locaute.

Poderia ter recebido as queixas até com simpatia, mas só deveria discutir soluções depois do retorno

à legalidade – fim da interrupção do tráfego rodoviário e de qualquer manobra de locaute. Até a trégua encenada, com o estacionamento dos caminhões nos acostamentos, foi irregular, por ser uma evidente violação das normas de trânsito e dos princípios de segurança. Acostamento é só para emergências, como sabe qualquer motorista licenciado honestamente.

A precipitação e o despreparo do presidente e de seus auxiliares e conselheiros mais próximos ficaram escancarados, até para os mais distraídos, quando produtores e exportadores começaram a reclamar dos novos fretes, impostos por decisão do governo. As operações com grãos foram interrompidas enquanto empresários protestavam. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu em ofício ao presidente da República a suspensão da tabela de preços mínimos para o transporte rodoviário, mencionando alta de 51% a 152% no frete.

Outras entidades ligadas ao agronegócio também se mobilizaram e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou estar avaliando “possíveis medidas judiciais e administrativas” contra a fixação de valor mínimo para o transporte rodoviário de cargas. O governo refez a tabela de fretes, numa tentativa de apaziguar empresários da indústria e do

agronegócio, mas então o protesto veio do outro lado, com caminhoneiros ameaçando ir à Justiça em caso de perdas.

Com qualquer tabela o presidente Michel Temer produzirá descontentamento e, pior, poderá multiplicar os entraves à atividade econômica. O governo está conseguindo humilhar a oposição. Nem seus adversários mais intratáveis conseguiram agir com tanta eficiência para atrapalhar a recuperação econômica. Enquanto deu prioridade aos objetivos dos ministros da Fazenda e do Planejamento, o presidente conseguiu resultados importantes.

O País saiu do buraco, depois de dois anos de recessão, o desemprego caiu e houve progressos tanto na reparação das contas públicas quanto na aprovação de reformas. A aproximação das eleições aumentou a insegurança política e alterou a disposição da impropriamente chamada base governamental. A pauta de reformas ficou emperrada, o desemprego voltou a subir e os negócios fraquejaram no primeiro trimestre.

Apesar disso, algum ânimo restou entre consumidores e empresários. A produção industrial em abril, 0,8% maior que a de março e 8,9% superior à de um ano antes, foi avaliada como sinal de vigor renovado. Até estimulou algum





otimismo, de novo, quanto à evolução da economia neste ano. A paralisação do transporte afetou severamente a atividade em maio, como já indicaram os dados da produção automobilística e as perdas apontadas por vários setores.

Mas falta saber a extensão dos danos causados pela mexida nos preços e condições do transporte e pelo desgoverno implantado pelo presidente e seus conselheiros preferenciais, a trupe formada pelos ministros Marun, Padilha e Moreira Franco. A interferência na Petrobrás foi confirmada com a abertura, pela Agência Nacional do Petróleo, de consulta pública sobre a política de preços. Autoridades negam, mas a entrada na área de decisões da estatal é indisfarçável. Resta aos dirigentes da empresa tentar atenuar os efeitos da invasão. Podem conseguir algum bom resultado, mas

o precedente foi criado e é preocupante.

A baderna fiscal também pode ter custos consideráveis. Para financiar o subsídio ao uso do diesel, com custo estimado em R\$ 13 bilhões, o governo terá de mexer na distribuição de despesas de um Orçamento já muito apertado. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, prometeu resolver o problema sem agravar o desajuste das contas públicas. O acerto contábil pode estar garantido, mas a qualidade do gasto, já baixa, será certamente prejudicada.

Neste país de piadas prontas, tudo isso ocorreu enquanto especialistas do Tribunal de Contas da União (TCU) concluíam relatório com recomendação de parcimônia e cuidados na concessão de qualquer renúncia fiscal. Subsídios pertencem

obviamente a esse conjunto. Ao mesmo tempo, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, defendia no Congresso o teto de gastos e a realização de reformas para garantir a eliminação do déficit primário nos próximos três ou quatro anos.

Sem isso, acrescentou, ainda haverá esse buraco em 2024 ou 2025, sem sobra, portanto, para o pagamento de juros. Uma das consequências óbvias será o crescimento da dívida pública, já muito mais pesada que a da maioria dos emergentes. Seria um bom assunto para o presidente da República, se ele ainda estivesse interessado no desafio de governar o Brasil.

JORNALISTA

ENTREVISTA / EDISON GARCIA »

INSS quer contratar 475 aprovados em concurso



Novo presidente do órgão defende nomeação de cadastro reserva para recomposição do quadro e investimento em processos para agilizar atendimento

SIMONE KAFRUNI
LETÍCIA COTTA*

Com a difícil missão de otimizar o atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em apenas sete meses, o novo presidente da autarquia, Edison Garcia, que assumiu o cargo na terça-feira passada, aposta na tecnologia para reduzir a presença de segurados nas agências. Ciente de que o prazo é exíguo para reformular um serviço com sérias

deficiências, falta de pessoal e demanda crescente, Garcia pretende dar seguimento e aprofundar o que está em curso, ampliando o planejamento e a governança do órgão. “Tenho até o fim do ano. Quero fortalecer o servidor que está em condições de se aposentar e incentivá-lo a permanecer no INSS. Para isso, vamos investir em gestão de pessoas e processos”, ressalta.

Procurador federal de carreira há 33 anos, desde janeiro na procuradoria do próprio INSS, Garcia já atuou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e foi chefe de gabinete na Advocacia-Geral da União (AGU). Otimista, diz que essa experiência vai ajudá-lo nas principais missões à frente da

autarquia: promover engajamento, agilizar o atendimento, combater fraudes e conquistar o direito de nomear 475 concursados até agosto, quando vence o cadastro de reserva. Confira a seguir os principais trechos da entrevista concedida ao Correio:

O que o INSS tem feito para combater fraudes? Segue o pente fino nos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez?

Continua o pente fino e temos uma ação da inteligência dentro do INSS com a Polícia Federal. Mas ainda não conheço o histórico, nem tenho um levantamento.

Houve um acordo para incorporação de gratificações nas aposentadorias dos servidores do INSS, contanto que ficassem na ativa por mais três anos. Esse prazo expira em 2019, quando um terço dos funcionários poderá se aposentar. Como enfrentar isso?

Realmente foi formalizado esse acordo, e a gratificação passará a ser incorporada. Isso está previsto em lei. Em janeiro de 2019, os servidores vão incorporar as gratificações e poderão se aposentar. É mais que um terço, 50% estarão elegíveis para se aposentar. Estamos numa negociação com o Ministério do Planejamento, mas precisamos construir um plano de programação de recomposição de quadros ou incentivo para manutenção de servidores na ativa.





Há previsão de fazer concursos para preencher o quadro do INSS?

Não tem previsão de concurso, mas postulação no Planejamento para que autorize a contratação de 475 concursados, aprovados em cadastro reserva. Vence em agosto. Se nada for feito até lá, isso perde o efeito. Aí teríamos que fazer novo concurso. Por isso, precisamos construir uma solução. Hoje, são 33 mil servidores. Já tivemos mais de 50 mil. Mas o novo cenário não é recompor esse quadro do passado. É usar a tecnologia para evitar a ida às agências. São dois aliados: nosso pessoal com capacidade de dar vazão à análise subjetiva e a tecnologia para encurtar processos. Eficiência é isso.

Por que há tantas filas no INSS? O que fazer para melhorar isso?

O INSS é um órgão que significa a esperança do brasileiro de ver sua aposentadoria após anos de trabalho e contribuição, de ter uma vida tranquila com sua família. As filas são históricas, icônicas pela conjugação de dois fatores: crescimento de demanda e redução da capacidade de atendimento por parte da autarquia. O INSS teve, ao longo de muitos anos, uma redução de quadros. Tem 1,7 mil agências e são mais de 5 mil municípios brasileiros. Então, mais da metade não têm INSS. Teríamos que ampliar a rede de atendimento, o que significa contratar mais servidores, aumentando o custo.

Sem recursos, qual a solução?

Temos que tirar o segurado da fila com os instrumentos de tecnologia. A ideia é que ele não precise mais ir

à agência para buscar a aposentadoria. Por isso vou citar programas que criamos. O Meu INSS e o INSS Digital. O primeiro é o acesso pela internet ou aplicativo ao extrato da vida contributiva, com o período de contribuição do empregador e uma simulação do tempo de serviço. O segundo permite requerer a aposentadoria on-line, que será automaticamente transferida para a rede bancária mais próxima da residência do segurado. Uma vez que ele faça a certificação e a confirmação dessa aposentadoria, pode migrar para qualquer banco. São mecanismos inovadores que permitem a utilização do celular para fazer todo o acompanhamento da vida e simulações.

O sistema do INSS é bem deficiente, está sempre fora do ar, dá erro na internet. Há aprimoramento nisso?

A primeira iniciativa para fazer com que serviços do INSS fossem prestados pela internet foi um canal de serviço, há mais de 10 anos em funcionamento. Temos nos valido do trabalho da Dataprev, e o sistema, hoje, é bastante moderno. Reduz muito qualquer tipo de problema de acesso. A dificuldade é quando precisamos fazer agendamento para presença na agência. Não é problema de sistema, de comunicação, é problema de falta de gente para dar vazão à demanda. Quando a demanda requer presença, dificulta. Programas têm sido feitos para fazer avanços. Vou citar um diretamente supervisionado pelo ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrane. O programa de revisão de benefícios por

incapacidade, de perícia médica, que precisa ser revista a cada dois anos, segundo a legislação. Um levantamento demonstrou que 1,5 milhão de segurados recebiam sem revisão. O programa deu vazão à demanda estocada. Já houve um total de 700 mil revisões desde o fim de 2017. Se formos olhar o número de revisões com o cancelamento do benefício, estamos falando de 70% de auxílio-doença.

O esforço é louvável, mas mostra uma ineficiência muito grande num passado recente...

Exatamente. Algo precisava ser feito para garantir a revisão. Muitos benefícios são temporários, como auxílio-doença. Quanto se trata de aposentadoria por invalidez, o resultado foi menor, com cancelamento de 30%.

Quantas aposentadorias foram avaliadas para chegar ao cancelamento de 30%?

A linha de corte foi a seguinte: quais são os beneficiários que necessitam de perícia médica e não a fizeram no prazo de dois anos.

Mesmo estando aposentado, precisa passar por revisão?

Sim, se o segurado tiver uma perspectiva de cura, como em algumas doenças. O câncer, por exemplo.

Tirar a aposentadoria não é uma agressão?

Não se for verificado o que prevê a legislação. O INSS é o cumpridor do pagamento de benefício. É um órgão operacional. A autarquia tem por função fazer o pagamento. Recebe as demandas, analisa e





implanta. A política previdenciária está a cargo do Ministério da Fazenda, sob a supervisão do secretário Marcelo Caetano, que coordena a reforma da Previdência.

Para tirar os segurados das agências, a aposentadoria por idade e a licença-maternidade é concedida apenas on-line. Isso não cria um obstáculo para quem tem dificuldade de acesso à tecnologia?

É um bom ponto. A concessão da licença maternidade, que já está funcionando, é automática. Quando a pessoa vai ao cartório registrar o nascimento do filho, há um ato jurídico perfeito, portanto, automaticamente, concede à mãe o auxílio-maternidade. O cartório comunica o INSS. A grande meta é um programa maior, o “Brasil Eficiente”. São programas de concessão automática para que o beneficiado obtenha suas ações sem precisar ir à agência. Para isso, a tecnologia da informação e a inteligência artificial são vitais.

O povo está preparado para lidar com isso? Qual o percentual de uso no INSS?

Nas últimas duas semanas foram concedidos 10 mil benefícios automáticos no sistema, dentro do volume da população de 55 milhões de contribuintes. Hoje, a população brasileira é composta por 35 milhões de benefícios pagos para uma gama de 55 milhões de contribuintes, que um dia terão sua aposentadoria. Foram 10 mil em duas semanas, quando o sistema começou a vigorar. A população está preparada porque, majoritariamente, tem smartphone.

Claro que é utopia achar que 100% da população terá essa capacidade a curto prazo. Mas isso vai evoluir. Se a pessoa aprende a usar o WhatsApp, aprende também a usar o aplicativo. O INSS Digital permite que, em vez de ir a uma agência levar documentos, o cidadão vá a um dos postos para usar o ponto de acesso e apresentar seu requerimento.

Como fica a fé pública dos documentos?

Você parte do princípio da boa-fé. Sabemos que algumas entidades têm dificuldades. No caso rural, o sindicato da categoria dá a certificação do tempo de serviço. Então, é preciso confiar na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), num município que poderá atender o munícipe naquele balcão, digitalizar, e fazer a inserção daquele documento no sistema, e aí ele não precisaria ir à agência. Por isso, ampliamos bastante a capitalidade do balcão de atendimento.

E a concessão automática do benefício?

Na primeira concessão automática, tratamos de tempo de contribuição. É muito simples: se inteirou 35 anos de contribuição, já que hoje não tem vinculação à idade. Na proposta da reforma da Previdência, são adicionadas novas condições. Então, se o sistema verifica que houve contribuição, existe o pagamento. No primeiro pagamento, tem de ir ao banco para confirmar se realmente quer se aposentar.

Quer dizer, a concessão automática não garante a aposentadoria?

Não. Primeiro, você faz um requerimento no sistema. Aí o sistema avalia. Você faz sua simulação. O sistema processa e informa se você está aposentado e que receberá o primeiro pagamento na rede tal. Aí você vai ao banco e formaliza que está aposentado e tem a autonomia de migrar os pagamentos para o banco do qual for cliente.

Como está a situação dos imóveis do INSS?

Esses imóveis são dos brasileiros. São 6 mil imóveis, três favelas do Rio de Janeiro (os terrenos foram invadidos). Em São Paulo, tem um cemitério sob terreno do INSS, além de muitos outros invadidos. A meta que está sendo discutida no governo é fazer a separação daquilo que tem efeito social. Temos um projeto de lei para transferir os imóveis para a Secretaria do Patrimônio da União como pagamento de crédito do Tesouro com o fundo.

“Hoje, são 33 mil servidores. Já tivemos mais de 50 mil. Mas o novo cenário não é recompor esse quadro do passado. É usar a tecnologia para evitar a ida às agências”

“A concessão da licença maternidade, que já está funcionando, é automática. Quando a pessoa vai ao cartório registrar o nascimento do filho, há um ato jurídico perfeito, portanto, automaticamente, concede à mãe o auxílio-maternidade”